

Redes de apoio e permanência indígena no ensino superior: experiências situadas em uma universidade pública brasileira

Juliana Barbosa Consonni¹

Angelina Ferreira Luciano¹

Shirlene Luciano¹

DOI: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v32i72.2232>

Resumo: O acesso dos povos indígenas ao ensino superior aumentou significativamente nas últimas décadas no Brasil. Para além do acesso, desafios relacionados à permanência ainda persistem, impactando, muitas vezes, a continuidade das trajetórias acadêmicas de estudantes indígenas. Nesse contexto, os apoios institucionais mostram-se essenciais, embora frequentemente limitados. Também desempenham papel fundamental as redes de apoio informais, como coletivos, grupos de pares e familiares. Diante disso, este ensaio teórico-reflexivo busca analisar o papel de redes de apoio formais e informais na permanência de estudantes indígenas no ensino superior, a partir das experiências situadas das autoras: uma docente não indígena e duas estudantes indígenas de graduação. Em diálogo com a literatura sobre o tema e a partir de uma perspectiva interseccional, discutem-se três eixos inter-relacionados: redes de apoio institucionais; redes de apoio informais; e tensões e possibilidades que atravessam ambas. Argumenta-se que as redes informais, por vezes invisibilizadas, ocupam papel central na sustentação cotidiana da permanência indígena na universidade, especialmente diante do racismo e das limitações das políticas específicas voltadas a esses estudantes. Ao mesmo tempo, evidenciam-se tensões e parcerias presentes no contexto universitário, compreendido como espaço atravessado simultaneamente por desigualdades estruturais e práticas de resistência e apoio coletivo.

Palavras-chave: estudantes indígenas; ensino superior; permanência.

Abstract: Access of Indigenous peoples to higher education has increased significantly in recent decades in Brazil. Beyond access, challenges related to student retention still persist, often affecting the continuity of Indigenous students' academic trajectories. In this context, institutional support initiatives are essential, although frequently limited. Informal support networks, such as collectives, peer groups, and family ties, also play a fundamental role. This theoretical-reflective essay analyzes the role of formal and informal support networks in the retention of Indigenous students in higher education, based on the situated experiences of the authors: one non-Indigenous professor and two Indigenous undergraduate students. In dialogue with the literature and from an intersectional perspective, the article discusses three interrelated axes: institutional support networks; informal support networks; and the tensions and possibilities that traverse both. It argues that informal networks, often rendered invisible, play a central role in sustaining Indigenous students' permanence at the university, especially in the face of racism and the limitations of

¹ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil.

specific institutional policies. At the same time, the university is understood as a space marked both by structural inequalities and by practices of resistance and collective support.

Keywords: Indigenous students; higher education; student retention.

Resumen: El acceso de los pueblos indígenas a la educación superior ha aumentado significativamente en las últimas décadas en Brasil. Más allá del acceso, persisten desafíos relacionados con la permanencia, que muchas veces afectan la continuidad de las trayectorias académicas de los estudiantes indígenas. En este contexto, los apoyos institucionales resultan esenciales, aunque frecuentemente son limitados. Las redes de apoyo informales, como colectivos, grupos de pares y vínculos familiares, también desempeñan un papel fundamental. Este ensayo teórico-reflexivo analiza el papel de las redes de apoyo formales e informales en la permanencia de estudiantes indígenas en la educación superior, a partir de las experiencias situadas de las autoras: una docente no indígena y dos estudiantes indígenas de grado. En diálogo con la literatura sobre el tema y desde una perspectiva interseccional, el artículo discute tres ejes interrelacionados: redes de apoyo institucionales; redes de apoyo informales; y las tensiones y posibilidades que atraviesan ambas. Se argumenta que las redes informales, muchas veces invisibilizadas, ocupan un papel central en el sostenimiento cotidiano de la permanencia indígena en la universidad, especialmente frente al racismo y a las limitaciones de las políticas específicas dirigidas a estos estudiantes. Al mismo tiempo, la universidad es comprendida como un espacio atravesado tanto por desigualdades estructurales como por prácticas de resistencia y apoyo colectivo.

Palabras clave: estudiantes indígenas; educación superior; permanencia estudiantil.

1 INTRODUÇÃO

O acesso da população indígena ao ensino superior cresceu significativamente no Brasil desde o início dos anos 2000. Entre 2011 e 2021, foi estimado um aumento de 374% nas matrículas de estudantes indígenas no ensino superior (Semesp, 2023), o que demonstra a eficácia da Lei de Cotas (Brasil, 2012) e de outras ações afirmativas, fruto de intensa mobilização social. Contudo, apesar desses avanços nas políticas de ingresso, pesquisas indicam a persistência de um grave problema de evasão e retenção, evidenciando desafios significativos para a permanência e conclusão dos cursos de graduação por estudantes indígenas (Nascimento, 2021; Russo *et al.*, 2024).

É fundamental analisar as peculiaridades dos desafios e dos facilitadores da presença indígena na universidade, para que as políticas de ação afirmativa se fortaleçam para além do acesso. A relevância do tema é reforçada pela situação dos povos indígenas no Brasil, que enfrentam graves violações de direitos. Inclusive, a população indígena historicamente apresenta nível educacional mais baixo do que a não indígena, em todos os níveis de ensino (IBGE, 2025).

A educação superior, nesse contexto, tornou-se um elemento importante para muitos povos indígenas, configurando-se como uma das formas de se qualificar para intervir em políticas públicas em favor dos direitos indígenas, contribuindo tanto com suas comunidades quanto com a população em geral (Paladino, 2012). Gersem Baniwa (2013) afirma que o aumento do interesse dos indígenas pelo ensino superior está relacionado à aspiração coletiva de enfrentamento das condições de marginalização. Nesse contexto, o ensino superior constitui uma importante ferramenta para intervir de maneira mais qualificada dentro e fora de suas comunidades, fortalecendo também a interlocução com órgãos governamentais responsáveis pelas políticas indigenistas e contribuindo para a qualificação de suas atuações comunitárias. De modo convergente, Ribeiro, Beretta e Mestriner Junior (2024) e Moura e Matos (2022) ressaltam que, nas universidades brasileiras, as motivações para o acesso e a qualificação profissional no ensino superior estão fortemente associadas ao desejo de retornar contribuições às comunidades indígenas e às famílias.

No entanto, a permanência e progressão de estudantes indígenas na educação superior brasileira enfrenta desafios expressivos, distribuídos em três eixos principais: econômicos, relacionados à moradia, alimentação, transporte e materiais; pedagógicos, decorrentes de metodologias pouco flexíveis, dificuldades com conteúdos acadêmicos e escassa inserção de epistemologias indígenas nos currículos; e simbólicos, marcados por preconceito, discriminação, distância da família e pela desvalorização dos saberes tradicionais (Paladino, 2012; Bergamaschi; Doebber; Brito, 2016; Estácio; Rebouças, 2016; Abiorana, 2018; Ames; Almeida, 2021).

Por outro lado, diversos estudos já identificam práticas institucionais que favorecem a presença e a permanência de estudantes indígenas no ensino superior. No cenário internacional, destacam-se ações como bolsas de estudo, apoio pedagógico, eventos culturais e iniciativas institucionais de combate ao racismo, todas com impacto positivo na graduação e na pós-graduação (Barney, 2016; Hutchings *et al.*, 2019). De forma consistente, a revisão sistemática de Milne, Creedy e West (2016) reforça que o respeito à presença indígena e às culturas dos povos originários funciona como fator protetivo para a resiliência acadêmica.

No Brasil, estudos indicam estratégias semelhantes, com ações voltadas ao acolhimento, ao apoio pedagógico e ao reconhecimento das especificidades

culturais indígenas como potentes para fortalecer a presença indígena na universidade (Paladino, 2012; Estácio; Almeida, 2016). O estudo de Medaets, Arruti e Almeida (2024), ao analisar sentidos atribuídos às ações afirmativas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), indica que uma condição de princípio para os povos indígenas é a universidade efetivar um diálogo real entre saberes indígenas e acadêmicos, evitando a homogeneização e o apagamento das especificidades indígenas. Perante os desafios que ainda marcam a permanência e a continuidade de estudantes indígenas na graduação, é possível observar que, para além das iniciativas institucionais, as redes de apoio informais exercem um papel central, ainda que muitas vezes pouco visibilizado. Tais redes abrangem coletivos estudantis, relações de apoio entre pares, bem como os vínculos mantidos com familiares e com as comunidades de origem (Nascimento, 2021; Arantes, 2026).

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar o papel de redes de apoio formais e informais na permanência e no andamento do curso de estudantes indígenas no ensino superior, a partir de experiências situadas das autoras e de sua articulação com a análise sobre a literatura sobre o tema. Tal enfoque dialoga com estudos que, ao analisarem experiências de mulheres indígenas, apontam a necessidade de ampliar pesquisas que aprofundem a compreensão do papel da universidade e das redes de apoio informal no acolhimento e na transformação das instituições de ensino superior (Russo *et al.*, 2024; Arantes, 2026). A partir desse recorte, buscamos compreender dimensões centrais da permanência no ensino superior para estudantes indígenas, bem como contribuir para a literatura da área indicando elementos que possam fortalecer sua presença, aprendizagem e conclusão dos cursos superiores.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como um ensaio teórico-reflexivo, com base nas experiências das três autoras no contexto do ensino superior brasileiro: uma docente não indígena da universidade, que atuou por anos no órgão central responsável pelas políticas de permanência estudantil e atualmente desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à temática, e duas estudantes indígenas de graduação, matriculadas em cursos distintos (Arquitetura e Pedagogia), irmãs e oriundas de um município do interior do estado do Amazonas. As estudantes vivenciam cotidianamente os desafios da permanência universitária

e participam de espaços de convivência e articulação entre estudantes indígenas, enquanto a docente acompanha, há vários anos, ações institucionais voltadas à permanência estudantil.

A universidade investigada é uma instituição pública brasileira de grande porte que, desde a implantação de políticas específicas de acesso para povos indígenas, como o Vestibular Indígena, passou a receber estudantes de diferentes etnias e regiões do país, contando atualmente com cerca de 500 estudantes indígenas matriculados em seus cursos de graduação. A prova do vestibular indígena da referida universidade é descentralizada, sendo realizada em cidades das regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste, além do Sudeste, região sede da universidade. Além das políticas de ingresso, a universidade desenvolve programas institucionais de permanência estudantil que constituem parte importante das redes de apoio analisadas neste ensaio.

A análise foi conduzida de forma interpretativa e colaborativa, mediante sucessivos diálogos entre as autoras acerca de suas experiências, buscando identificar convergências, tensões e recorrências relacionadas às redes de apoio formais e informais. Essas interpretações foram continuamente confrontadas e aprofundadas à luz da literatura nacional e internacional sobre permanência estudantil indígena, redes de apoio e ensino superior. Cabe ressaltar que reconhecemos que nossas perspectivas influenciam nosso entendimento sobre os assuntos abordados. Ademais, salientamos que as reflexões aqui apresentadas não pretendem esgotar a complexidade das experiências de estudantes indígenas na universidade, mas constituem um recorte analítico situado. A reflexão foi desenvolvida a partir da vivência dessas autoras no acompanhamento e na construção de redes de apoio formais e informais em uma universidade pública brasileira. As diferentes posições ocupadas pelas autoras possibilitaram uma análise construída a partir de perspectivas complementares, articulando experiências vividas, atuação institucional e diálogo com a literatura especializada.

Para sistematizar a análise sobre os limites e as potencialidades de redes de apoio formais e informais na promoção da presença indígena na universidade, organizamos a discussão em três eixos: i) redes formais de apoio institucional; ii) redes informais de apoio; e iii) tensões e articulações que atravessam ambas as redes. A definição prévia desses eixos foi orientada pelo fato de que estudos sobre permanência de estudantes indígenas têm evidenciado que tanto as redes

formais, constituídas pelas políticas e programas institucionais, quanto as redes informais, construídas nas relações interpessoais e comunitárias, desempenham papel fundamental na permanência e na trajetória acadêmica desses estudantes (Arantes, 2026; Nascimento, 2021). Além disso, optou-se por um terceiro eixo voltado às tensões e articulações entre essas redes, uma vez que, na experiência das autoras e na literatura, elas não atuam de forma independente, mas se complementam, se sobrepõem e, por vezes, entram em tensão.

No primeiro eixo, analisamos algumas das principais iniciativas institucionais de apoio aos estudantes indígenas existentes em nossa universidade, destacando suas contribuições e limites para a permanência indígena. No segundo eixo, examinamos a dimensão das relações informais que, a partir de nossa experiência, se mostram fundamentais para fortalecer a presença indígena na universidade. No terceiro eixo, exploramos as tensões que perpassam as duas redes de apoio, assim como suas possíveis articulações. Ao longo da análise, dialogamos com a literatura nacional e internacional sobre o tema.

3 REFLEXÕES ANALÍTICAS

A seguir, discutimos cada um dos eixos analíticos, articulando as experiências das autoras com a literatura nacional e internacional sobre permanência estudantil indígena, de modo a evidenciar as potencialidades, os limites e as articulações entre as redes de apoio formais e informais.

3.1 Redes formais de apoio institucional

Como dito anteriormente, não pretendemos contemplar todas as iniciativas existentes no contexto universitário em que estamos inseridas, mas realizar um recorte analítico a partir daquelas que emergem de nossas experiências estudantis e profissionais. A universidade em questão conta com processo específico de vestibular indígena desde o ano de 2019, o que evidencia um esforço institucional para ampliação do acesso de povos indígenas à graduação, recebendo estudantes de diferentes regiões do país e reunindo atualmente mais de 50 povos. Além do acesso, há políticas existentes para buscar fortalecer a permanência. No que se refere à permanência material, há possibilidades de oferta de auxílios para moradia, alimentação e transporte para todo o público estudantil, inclusive indígenas, além

de bolsa-auxílio social destinada a estudantes que realizam projetos com carga horária semanal, mediante critérios socioeconômicos definidos institucionalmente.

No campo do apoio à permanência pedagógica, destacamos uma ação institucional especificamente voltada aos estudantes ingressantes pelo vestibular indígena: um programa com duração de um ano, com o objetivo de fornecer uma formação inicial básica de conteúdos acadêmicos, em perspectiva intercultural. Como políticas específicas de apoio, também destacamos a criação de alguns editais exclusivos para apoio à pesquisa e extensão de acadêmicos indígenas na graduação. Além dessas iniciativas específicas, a universidade oferta atividades sistemáticas de apoio acadêmico destinadas ao público geral, nas quais estudantes indígenas podem se inserir, como orientações educacionais individuais, oficinas coletivas sobre processos de estudo e aprendizagem no ensino superior, monitorias acadêmicas das disciplinas e programa de mentoria para acolhimento aos estudantes ingressantes.

Ampliando a análise para outra dimensão da permanência, a permanência simbólica e relacional, destacamos iniciativas institucionais relevantes, entre as quais uma comissão oficial composta por estudantes, funcionários(as), docentes e representantes externos à universidade, como lideranças indígenas. Essa comissão atua no apoio à formulação e ao acompanhamento de políticas voltadas à inclusão e à permanência dos povos indígenas na universidade, além de promover ações como a organização de eventos e atividades direcionadas à valorização dos conhecimentos indígenas e ao fortalecimento de sua presença institucional. Duas das autoras deste artigo (a docente não indígena e uma estudante indígena) integram essa comissão. Também destacamos um serviço de apoio psicológico que existe na universidade, voltada para o público estudantil em geral, mas que recentemente tem realizado atividades de apoio específicas ao público indígena. Em nossa análise, tais iniciativas institucionais mencionadas, embora não possam garantir plenamente a melhoria na permanência acadêmica e simbólica, são importantes parcerias para estabelecer canais de diálogo e auxílio aos estudantes indígenas.

Apesar dos avanços anteriormente apresentados no campo da permanência em nossa instituição, observamos limites que indicam a necessidade de políticas mais abrangentes e sensíveis às especificidades indígenas. No âmbito material, por exemplo, as estruturas de moradia estudantil nem sempre contemplam adequadamente configurações familiares mais amplas, considerando que é recorrente

a presença de estudantes indígenas que se deslocam para a universidade acompanhados de filhos e, por vezes, de outros parentes.

O que vemos em nossa universidade dialoga com o que Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) indicam sobre o fato de que estudantes indígenas geralmente apresentam perfis que diferem do perfil predominante na graduação antes das políticas de ações afirmativas, incluindo idade média de ingresso mais elevada, deslocamentos territoriais de longa distância e, com frequência, a presença de filhos e outros familiares no processo de mudança para a cidade universitária (Bergamaschi; Doebber; Brito, 2018). Conforme afirma Brito Kayapó *et al.* (2025, p. 14), “[...] os povos indígenas, tradicionalmente, não saem sozinhos. Muitas vezes acontece do estudante ser aprovado na universidade e quando ele sabe que a universidade não tem qualquer estrutura para abrigar a família, ele nem vai fazer a matrícula”. Nesse sentido, entendemos que considerar essas trajetórias e demandas específicas dos povos indígenas é essencial para sua presença satisfatória na universidade.

Já no campo da permanência pedagógica, nossa universidade ainda não conta com uma política institucional consolidada voltada às demandas específicas dos estudantes indígenas. Ainda assim, há iniciativas pontuais de docentes e funcionários, baseados em sua sensibilidade com a causa, que desenvolvem projetos e ações de fortalecimento da aprendizagem desses estudantes. Nesse âmbito, consideramos que seria importante também a oferta de acompanhamento institucional pedagógico específico para estudantes indígenas, como é visto em algumas universidades de diferentes regiões do Brasil (UFSC, 2024; UFMG, 2025; UNILA, 2025; UnB, 2026), e também internacionalmente (Nakata *et al.*, 2019).

As ações de apoio pedagógico destinadas ao público geral tendem a não contemplar plenamente as necessidades dos acadêmicos indígenas, especialmente quando se consideram trajetórias escolares marcadas por desigualdades estruturais no acesso à escolarização. Soma-se a isso o fato de que, em nossa experiência, observamos que a universidade ainda se constitui, dentro e fora das salas de aula, como um espaço no qual o diálogo entre saberes nem sempre se realiza de forma equitativa, sendo recorrentes práticas pedagógicas marcadas por expectativas reduzidas em relação ao desempenho de estudantes indígenas e pela desvalorização dos conhecimentos indígenas. Ainda que existam docentes e servidores comprometidos com a transformação dessa realidade, tais iniciativas coexistem com estruturas institucionais que tendem a reproduzir desigualdades epistêmicas.

A partir da literatura, vemos que todos esses desafios apresentados não são um caso isolado de nosso contexto. Nossa experiência dialoga com a literatura que tem problematizado os limites de ações e políticas de cunho universalista, isto é, aquelas que não consideram as especificidades das trajetórias e condições de permanência de estudantes indígenas no ensino superior. Segundo Bergamaschi, Doebber e Brito (2016), embora se observe, nos últimos anos, uma ampliação de políticas afirmativas voltadas ao ingresso de estudantes indígenas, ainda são mais incipientes as iniciativas direcionadas à sua permanência e continuidade nos cursos de graduação. As condições de permanência, assim como as de acesso, demandam políticas específicas, capazes de considerar as singularidades dessas trajetórias e os desafios vivenciados no cotidiano universitário. Nessa direção, estudos apontam como estratégias relevantes a implementação de monitorias e tutorias indígenas, a ampliação da oferta de bolsas de permanência para estudantes indígenas, entre outras iniciativas institucionais de apoio (Bergamaschi; Doebber; Brito, 2016). Além disso, Bergamaschi, Doebber e Brito (2016) corroboram a necessidade de mudanças na dimensão pedagógica das universidades, destacando ações como a formação específica de docentes para o trabalho com estudantes indígenas e o aprofundamento do conhecimento sobre histórias e culturas indígenas. Nesse contexto, ressaltamos também que se torna necessário que as instituições de ensino superior reconheçam essas trajetórias e considerem que o tempo de formação pode ser mais longo (Bergamaschi; Doebber; Brito, 2016), em razão dos diversos desafios e especificidades educacionais enfrentados pelos povos indígenas desde o início da colonização no país.

No âmbito da permanência simbólica, um aspecto que consideramos como suporte institucional relevante e que ainda não está consolidado em nossa universidade é a criação de espaços de convivência identitária, isto é, a disponibilização de um espaço físico no campus (como uma sala gerida pelos próprios estudantes) destinado à convivência, ao diálogo e à realização de reuniões entre estudantes indígenas. A literatura nacional e internacional reforça que tais iniciativas são fundamentais para a permanência simbólica e para o fortalecimento do senso de pertencimento no espaço universitário e de um território comum, além de contribuir para o fortalecimento dos vínculos entre estudantes de diferentes etnias e cursos (Oliveira, 2018; Hutchings *et al.*, 2019).

De forma geral, como vivenciado na experiência universitária das autoras indígenas deste artigo, embora existam iniciativas institucionais voltadas ao apoio estudantil, estas frequentemente se mostram insuficientes ou pouco articuladas às diversas realidades vivenciadas. Essas experiências evidenciam que a presença indígena na universidade não se reduz ao acesso, mas envolve trajetórias marcadas por expectativas, responsabilidades e projetos coletivos. A permanência, nesse sentido, relaciona-se não apenas à continuidade individual dos estudos, mas também a compromissos assumidos com as comunidades, objetivos de formação e sonhos que mobilizam a entrada e a permanência no ensino superior.

Por fim, consideramos que iniciativas institucionais voltadas ao ingresso de docentes indígenas e de docentes não indígenas com perspectiva antirracista são fundamentais para a permanência de estudantes indígenas em diferentes níveis. Estudos têm destacado o papel relevante de docentes indígenas nesse processo. Page e Asmar (2008), ao analisarem universidades australianas, utilizam a metáfora do “iceberg” para evidenciar que, para além das atividades visíveis de ensino e pesquisa, esses docentes realizam um trabalho de apoio informal e frequentemente invisível, que inclui suporte emocional e prático diante de desafios cotidianos, funcionando como importante referência de acolhimento e identificação cultural. Os autores argumentam ainda que a presença de docentes e profissionais com pertencimento cultural semelhante pode ser decisiva para a permanência de estudantes de grupos historicamente marginalizados. No contexto da unidade em que atua a docente autora, não há docentes indígenas no quadro permanente. Essa realidade dialoga com um cenário mais amplo de reduzida representatividade de docentes indígenas na universidade, que conta com apenas uma docente indígena efetiva e com a participação pontual de docentes indígenas visitantes. Em nossa análise, esse contexto contribui para um vazio institucional nesse tipo de apoio, especialmente nas dimensões menos visíveis da permanência.

Esses elementos indicam que as redes formais de apoio, embora fundamentais, operam ainda em um contexto institucional atravessado por dinâmicas de não reconhecimento e que tensionam a permanência indígena e se articulam a desigualdades mais amplas presentes no espaço universitário. Nesse sentido, as redes informais de apoio assumem papel central na sustentação da permanência, articulando vínculos afetivos, compartilhamento de experiências e estratégias

coletivas que atravessam a vida acadêmica para além dos dispositivos institucionais. É sobre isso que passamos a refletir sobre no próximo eixo.

3.2 REDES INFORMAIS DE APOIO – “O APOIO MÚTUO ENTRE ESTUDANTES INDÍGENAS É O NOSSO MAIOR REFÚGIO”

Além das ações formais promovidas pelas instituições a fim de favorecer a permanência indígena no ensino superior brasileiro, é visto que a permanência também se constrói em dimensões coletivas e relacionais (Bergamashi; Doebber; Brito, 2016; Nunes, 2024), o que, neste artigo, denominamos como redes de apoio informais. O apoio das ações das redes informais, ou seja, de colegas, coletivos, familiares, comunidade de origem e de outros agentes é reconhecido como fundamental para a permanência de grupos sub-representados no ensino superior, como a população negra e indígena (Dias-Broens; Meeuwisse; Severiens, 2024).

Assim como a literatura indica, também observamos, a partir de nossas vivências como estudantes indígenas e como profissional não-indígena da universidade que, além das ações institucionais, a rede de apoio informal desempenha um papel fundamental (e frequentemente invisibilizado), no apoio, “de fato”, no dia a dia estudantil.

Nossa percepção está em consonância com pesquisas que indicam que as redes informais de apoio aos acadêmicos indígenas na universidade constituem um importante espaço de construção de senso de pertencimento, articulação política e fortalecimento para resistir ao racismo no meio acadêmico (Nascimento, 2021; Arantes, 2026). Além disso, as ações coletivas da rede informal geralmente surgem como resposta ao racismo institucional e às falhas no apoio institucional (Nascimento, 2021). Em nossa experiência, particularmente a das autoras indígenas, destacamos a importância que teve um coletivo de estudantes indígenas que já havia na universidade, no momento de ingresso na graduação, no ano de 2023. O contexto de ingresso das autoras, irmãs oriundas do interior do Amazonas e ingressantes em uma universidade distante fisicamente, foi atravessado por intensa dor emocional decorrente de uma tragédia familiar: a morte de seu irmão, também estudante da mesma instituição à época. Somado a esse contexto de luto, o início da graduação foi marcado pelo desafio de adaptação a uma lógica universitária frequentemente atravessada por valores individualistas e competitivos, pouco familiares às experiências vividas nos territórios de origem. Nesse

processo, a inserção no coletivo acadêmico indígena tornou-se uma estratégia central de apoio e cuidado mútuo, tanto para o enfrentamento das dificuldades vividas quanto para a construção de redes de solidariedade com outros estudantes em situações semelhantes de deslocamento cultural e institucional.

De fato, esse espaço coletivo foi e é fundamental para o fortalecimento, a representação e a melhoria da permanência acadêmica das autoras indígenas e do coletivo em si. Consideramos que o coletivo atua como a rede mais eficaz que sustenta nossa permanência enquanto acadêmicas indígenas, e o apoio mútuo entre estudantes indígenas constitui nosso principal “refúgio”. Trata-se de um espaço para compartilhar desafios e estratégias de resistência. No interior desse coletivo, uma das autoras, atualmente, integra a coordenação e atua no apoio aos parentes², o que lhe possibilita uma visão mais ampla sobre suas fragilidades e necessidades.

Também, no contexto analisado, vemos que é a partir da mobilização dos próprios estudantes indígenas que são desenvolvidos encontros e eventos voltados à valorização dos conhecimentos e das culturas dos povos indígenas presentes na universidade, à promoção do diálogo entre conhecimentos indígenas e não indígenas, além da potencialização de espaços de convívio e aprendizagem. Consideramos que atividades como essas são fundamentais para dar visibilidade e fortalecer a presença indígena na universidade, bem como para vivenciar práticas culturais caras aos estudantes indígenas que estão longe de seus territórios, como músicas, rituais e partilhar comidas de suas regiões.

Tanto em nossa experiência quanto na literatura, o sentimento de saudade aparece como um elemento que perpassa o cotidiano dos estudantes indígenas que, em sua maioria, encontram-se fisicamente distantes das famílias e comunidades de origem (Baniwa, 2013; Dias-Broens; Meeuwisse; Severiens, 2024). Diante disso, mais uma vez, a convivência proporcionada pelos eventos e pelos coletivos indígenas mostra-se como um elemento importante para lidar com essa distância e com a saudade dos modos de vida anteriores à entrada na universidade.

² De modo geral, parente é uma forma de tratamento e de reconhecimento político, cultural e identitário entre pessoas indígenas, independentemente de possuírem laços de consanguinidade. Ao chamar outro indígena de “parente”, reconhece-se que ambos compartilham uma história comum de resistência, pertencimento aos povos originários e luta pela defesa de seus direitos, mesmo que pertençam a etnias diferentes.

Além disso, pela nossa experiência, vemos que há muitos agentes na universidade, como estudantes (indígenas e não indígenas), docentes e funcionários aliados, que se mobilizam para apoiar necessidades específicas e pontuais de estudantes indígenas, como em alguma emergência material, grupos de estudantes mães que se organizam para revezar e cuidar de seus filhos e filhas, e outros tipos de apoio que não são institucionalizados, mas essenciais para essa sustentação cotidiana da vida na universidade.

Esse forte papel de sustentação simbólica, material e pedagógica exercido pelas redes informais de apoio aos estudantes indígenas também é apontado na literatura. As relações entre pares são indicadas como importantes em diferentes dimensões da permanência estudantil. Silva e Medaets (2025), por exemplo, destacam que as amizades e relações informais no contexto universitário não constituem um elemento paralelo aos estudos, mas uma dimensão que influencia diretamente a vida acadêmica de estudantes indígenas. As autoras também afirmam que as relações de coleguismo em sala de aula, com estudantes indígenas ou não indígenas, podem auxiliar na compreensão dos conteúdos trabalhados na graduação.

A pesquisa de Nunes (2024), que investigou os processos de acesso e permanência de estudantes indígenas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), identificou, entre seus resultados, que a mobilização de estudantes indígenas na formação de um coletivo nessa universidade (como espaço de acolhimento, resistência e proposição de políticas institucionais) contribuiu para a criação e articulação com coletivos estudantis de outras universidades do estado e, conjuntamente, para a atuação em prol da implementação de políticas específicas de apoio aos povos indígenas nessas instituições. Esse é um ponto central também na análise do papel das redes informais de apoio: elas atuam como mobilizadoras de mudanças nas próprias estruturas institucionais, ou seja, nas redes formais de apoio. Nessa direção, compreendemos que é, em grande medida, a partir da mobilização e da pressão de coletivos de estudantes indígenas e não indígenas, bem como de funcionários e docentes aliados, que foi e tem sido possível aprimorar as formas de apoio institucional à presença indígena para além do acesso. Tal percepção vai ao encontro do que Pereira *et al.* (2024) indicam sobre como coletivos estudantis indígenas atuam na construção de estratégias de resistência, no fortalecimento da presença indígena na universidade e na reivindicação de transformações institucionais.

As reflexões apresentadas neste eixo evidenciam a centralidade das redes informais de apoio na sustentação da permanência de estudantes indígenas no ensino superior, tanto na organização coletiva quanto nas relações cotidianas que atravessam a vida acadêmica. No entanto, a atuação dessas redes não se dá em um vazio, mas em um contexto marcado por diferentes tensões que incidem sobre suas formas de constituição e funcionamento. É nesse sentido que se torna necessário avançar na análise das tensões e possibilidades que atravessam, simultaneamente, as redes formais e informais de apoio.

3.3 Tensões e possibilidades atravessando as redes de apoio

Partimos da premissa de que a atuação de redes de apoio aos estudantes indígenas na universidade (formais e informais) é essencial para a permanência e a conclusão dos cursos de graduação, e que a dinâmica entre elas ocorre de forma entrelaçada, podendo se influenciar mutuamente no sentido de fortalecimento ou fragilização. Também consideramos que, ao analisar a atuação dessas redes, é necessário atentar para recortes transversais que as atravessam, como o racismo e o sexismo, os quais incidem diretamente sobre as experiências das autoras indígenas no cotidiano universitário. Reconhecer que essas redes operam em um contexto atravessado por desigualdades estruturais é um passo importante para pensar em seu fortalecimento a partir de suas próprias potencialidades e limites.

3.3.1 “Estar em um lugar onde ‘sou estranha’ é assustador”: o racismo e o sexismo como contexto da presença indígena na universidade

A literatura sobre a presença indígena no ensino superior, em contextos nacionais e internacionais, indica o racismo institucional e interpessoal como uma barreira central nas experiências universitárias indígenas (Nascimento, 2021; Russo *et al.*, 2024; Coombs *et al.*, 2025). De forma convergente com esse debate, as experiências das autoras evidenciam a recorrência dessa dimensão em diferentes níveis de vivência institucional e social. Para as autoras indígenas, a transição da cidade mais indígena do Brasil, no interior do Amazonas, para uma universidade no estado de São Paulo constituiu um momento de intensificação das experiências de racialização e de questionamento identitário em contextos fora do território. Nesse deslocamento, emergiu também o sentimento de não pertencimento e

de medo, expresso na experiência de “ser uma estranha”, como relata uma das coautoras ao relembrar sua chegada à universidade.

No contexto universitário, o racismo manifesta-se de diferentes formas, incluindo práticas explícitas e naturalizadas, bem como processos de silenciamento e invisibilização das especificidades indígenas, acarretando efeitos negativos na saúde mental e fragilização emocional. Esses elementos não apenas dialogam com o que a literatura já aponta de forma consistente sobre o racismo no ensino superior, como também reforçam, a partir de nossas lentes situadas, a centralidade desse fenômeno como um dos eixos analíticos fundamentais para compreender a presença indígena na universidade.

Uma das manifestações do racismo contra indígenas na universidade é o epistemicídio, entendido como a deslegitimação e o apagamento dos conhecimentos produzidos por povos indígenas, com a valorização exclusiva de modos hegemônicos de produção do conhecimento (Urquiza; Silva, 2024). Segundo Urquiza e Silva (2024), essa dinâmica constitui uma barreira à permanência e à conclusão dos cursos. Esses fatores contribuem para que a universidade ainda seja vivenciada como um “local hostil”, reforçando a necessidade de práticas interculturais que superem modelos assimilacionistas e promovam articulação efetiva entre saberes indígenas e acadêmicos (Nascimento; Vieira; Aguilera Urquiza, 2024). Na mesma direção, estudos internacionais mostram que o racismo, além de dificuldades econômicas e falta de suporte acadêmico, também reduz as taxas de conclusão entre estudantes indígenas na Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia (Barney, 2016; Milne; Creedy; West, 2016; Hutchings *et al.*, 2019).

Em nosso contexto, observamos a recorrência de relatos sobre experiências de deslegitimação de suas capacidades acadêmicas e de desvalorização dos saberes indígenas, frequentemente expressos em falas de alguns docentes e em práticas institucionais. Ao mesmo tempo, há uma presença importante de docentes, funcionários e estudantes não indígenas que atuam como aliados na construção de práticas antirracistas e no fortalecimento da permanência indígena na universidade. Esses elementos indicam que a universidade não pode ser compreendida como um espaço homogêneo, mas como um campo atravessado por tensões, em que práticas racistas estruturais coexistem com iniciativas e alianças antirracistas que buscam transformar essas dinâmicas.

No caso das mulheres indígenas nas universidades, o racismo articula-se ao sexismo por meio de práticas coloniais de apagamento e exotização (Vieira, 2024). A pesquisa de Gomes e Nina (2024) reforça as particularidades das condições enquanto mulheres, indígenas, estudantes e, muitas vezes, mães, que deixam seus filhos na cidade de origem ou os levam consigo, necessitando articular a criação cotidiana das crianças aos estudos universitários. Para buscar superar esses desafios, as autoras indígenas deste artigo, ambas mães, indicam como a sua rede de apoio informal é fundamental, uma vez que a necessidade de equilibrar o fato de ser mãe e estudante exige um desdobramento que as instituições raramente acolhem.

Na mesma direção, estudos indicam que, Brasil afora, especificamente no caso de estudantes indígenas mulheres e mães, elas também têm se organizado em grupos e redes de apoio para denunciar práticas racistas e sexistas e dialogar com instâncias institucionais, evidenciando essa mobilização coletiva para construção de ambientes mais acolhedores para as estudantes mulheres e mães (Russo *et al.*, 2024; Vieira, 2024; Arantes, 2026).

De forma geral, entendemos que as redes de apoio formal e informal possuem potencialidades para também produzirem formas de resistência, cuidado e transformação institucional. Compreendemos que a permanência de estudantes indígenas no ensino superior não pode ser compreendida como um processo individual, mas como uma experiência relacional, construída na interdependência entre diferentes redes de apoio. Nesse sentido, as trajetórias acadêmicas são atravessadas por múltiplas dimensões da vida social, nas quais condições materiais, afetivas e institucionais se articulam de forma inseparável. As especificidades presentes nas trajetórias indígenas, marcadas por intersecções de gênero, maternidade, raça e origem territorial, exigem que a permanência seja pensada a partir do reconhecimento dessas múltiplas condições de existência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos grandes desafios colocados para a permanência e conclusão dos cursos de graduação por estudantes indígenas no Brasil, este artigo teve como objetivo analisar o papel de redes de apoio formais e informais aos estudantes indígenas existentes em uma universidade brasileira, a partir de experiências situadas das autoras: uma docente não indígena e duas estudantes indígenas de

graduação. A análise foi orientada por três eixos: redes formais de apoio institucional; redes informais de apoio; e tensões e possibilidades que atravessam ambas.

A partir de nossas experiências profissionais e estudantis na universidade, em diálogo com a literatura nacional e internacional sobre a presença indígena no ensino superior, argumentamos que essas redes operam simultaneamente como espaços de suporte coletivo e resistência, mediação de desigualdades e produção de vínculos de pertencimento, em um contexto atravessado por práticas estruturais de racismo e sexismo. No que se refere às redes formais, as ações institucionais voltadas à permanência material, pedagógica e simbólica são fundamentais, ainda que apresentem limites quando analisadas a partir de nossas lentes. Diante disso, as redes informais (constituídas por coletivos estudantis, apoio entre pares e iniciativas não institucionais de docentes e técnicos) configuram-se como um suporte central para sustentar e fortalecer as trajetórias de grupos historicamente marginalizados no ensino superior, como os povos indígenas, principalmente na resistência ao racismo e para favorecer o senso de pertencimento à universidade. Esse tipo de apoio, frequentemente invisibilizado, precisa ser reconhecido e melhor compreendido em suas formas de funcionamento, de modo a contribuir para o fortalecimento da presença indígena na universidade. Além disso, entendemos que, em muitos casos, é a partir da mobilização dessas redes informais que estruturas e políticas institucionais se transformam e se aprimoram, favorecendo a permanência e a conclusão da graduação. A partir dessas análises, procuramos explorar algumas formas como essas redes operam e de que modo as instituições podem incorporar demandas em ações que favoreçam a permanência e a conclusão da graduação, considerando também as intersecções de gênero e raça.

Como limitações de nossa análise, reconhecemos que as reflexões aqui apresentadas estão fundamentadas em nossos olhares e experiências, o que não permite generalizações sobre a complexidade das vivências de estudantes indígenas nas universidades. Pesquisas futuras, com delineamentos empíricos e baseadas nas vozes de estudantes indígenas, podem aprofundar a compreensão sobre as formas de atuação das redes de apoio informais e sua articulação com as redes formais, contribuindo para o aprimoramento das políticas de permanência estudantil.

REFERÊNCIAS

ABIORANA, K. Cresce o número de estudantes indígenas nas universidades. *Portal Amazônia*, Manaus, 29 jan. 2018. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4720-cresce-o-numero-de-estudantes-indigenas-nas-universidades>. Acesso em: 25 abr.2026.

AMES, V. D. B.; ALMEIDA, M. L. Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 23, n. 56, p. 244-275, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-98065>.

ARANTES, J. R. *Vivências de mães-indígenas na universidade: desafios e possibilidades da implementação das políticas de ações afirmativas*. 2026. 108f. Dissertação (Mestrado Profissional em Psicologia) — Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2026. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/4212>. Acesso em: 10 maio 2026.

BANIWA, G. A Lei das Cotas e os povos indígenas: mais um desafio para a diversidade. *Cadernos do Pensamento Crítico Latino-Americano*, Rio de Janeiro, n. 35, 2013. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2014/12/XXXVcadernopensamentocritico.pdf>. Acesso em: 10 maio 2026.

BARNEY, K. Listening to and learning from the experiences of Aboriginal and Torres Strait Islander students to facilitate success. *Student Success*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 1-11, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5204/ssj.v7i1.317>

BERGAMASCHI, M. A.; DOEBBER, M. B.; BRITO, P. O. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 99, n. 251, p. 37-53, jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337>

BERGAMASCHI, M. A.; DOEBBER, M. B.; BRITO, P. O. Estudantes indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: desafios do acesso e permanência. *Revista del Cisen Tramas/Maepova*, Salta, v. 4, n. 2, p. 167-184, 2016.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2012.

BRITO KAYAPÓ, E. M.; FRAGA, L.; ROCHA, F. S.; CAMPOS, D. Comunicação, alteridade e políticas de permanência para estudantes indígenas: o pensamento de Edson Kayapó. *Esferas*, v. 3, n. 34, 2025. DOI: <https://doi.org/10.31501/esf.v3i34.15903>

COOMBS, D.; LOWE, K.; BAKER, S.; AMAZAN, R.; PERLICH, H.; TENNENT, C. First Nations students' perceptions of the enablers of and barriers to success in Australian higher education: a systematic review. *The Australian Educational Researcher*, [S. l.], v. 52, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13384-025-00905-6>

DIAS-BROENS, A. S.; MEEUWISSE, M.; SEVERIENS, S. E. The definition and measurement of sense of belonging in higher education: a systematic literature review with a special focus on students' ethnicity and generation status in higher education. *Educational Research Review*, [S. l.], v. 45, p. 100622, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.edurev.2024.100622>

ESTÁCIO, M. A. F.; ALMEIDA, D. A. R. Indígenas na Universidade do Estado do Amazonas. *Journal of Research in Special Educational Needs*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 653-657, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12197>

GOMES, T. J. S. S.; NINA, S. F. M. A presença de mulheres indígenas nas universidades brasileiras: uma revisão de escopo. *Revista de Psicología*, Santiago, v. 33, n. 2, p. 1-12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5354/0719-0581.2024.71620>.

HUTCHINGS, K.; BAINBRIDGE, R.; BODLE, K.; MILLER, A. Determinants of attraction, retention and completion for Aboriginal and Torres Strait Islander higher degree research students: a systematic review to inform future research directions. *Research in Higher Education*, v. 60, p. 245-272, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11162-018-9511-5>

IBGE. *Censo demográfico 2022: etnias e línguas indígenas: principais características sociodemográficas – resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102223.pdf>. Acesso em: 10 maio 2026.

MEDAETS, C.; ARRUTI, J. M.; ALMEIDA, A. M. F. D. Cotas para negros, encontro de saberes para indígenas: gramáticas da inclusão étnico-racial no ensino superior. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 261-289, 2024. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300202400020005>.

MILNE, T.; CREEDY, D. K.; WEST, R. Integrated systematic review on educational strategies that promote academic success and resilience in undergraduate indigenous students. *Nurse Education Today*, [S. l.], v. 36, p. 387-394, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2015.10.008>

MOURA, S. N.; MATOS, M. B. Da comunidade à universidade: os desafios dos discentes indígenas no curso de Direito na Universidade Federal de Roraima. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, e270086, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270086>

NAKATA, M.; NAKATA, V.; DAY, A.; MARTIN, G.; PEACHEY, M. Indigenous undergraduates' use of supplementary tutors: developing academic capabilities for success in higher education studies. *The Australian Journal of Indigenous Education*, [S. l.], v. 48, n. 2, p. 119-128, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1017/jie.2017.39>.

NASCIMENTO, A. C.; VIEIRA, C. M. N.; AGUILERA URQUIZA, A. H. Indígenas na universidade: possibilidades de construção de uma pedagogia intercultural. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 42, n. 3, p. 1-13, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2024.e93358>

NASCIMENTO, R. G. A universidade não está preparada para a diversidade: racismo, universidades e povos indígenas no Brasil. *Universidades*, [S. l.], n. 87, p. 73-89, jan./mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36888/udual.universidades.2021.87.524>.

NUNES, F. C. M. *Acesso, permanência e (re)existência: a invisibilizada presença de universitários indígenas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2024. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Duque de Caxias, 2024.

OLIVEIRA, V. M. G. AAIUnB e a Maloca-UnB: presença e espacialidade indígena no Campus Darcy Ribeiro. *Revista de Estudos em Relações Interétnicas / Interethnica*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 13-26, 2018. DOI: <https://doi.org/10.26512/interethnica.v21i3.21199>

PAGE, S.; ASMAR, C. Beneath the teaching iceberg: exposing the hidden support dimensions of Indigenous academic work. *The Australian Journal of Indigenous Education*, [S. l.], v. 37, n. S1, p. 109-117, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1375/S1326011100000442>

PALADINO, M. Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 7, número especial, p. 175-195, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.7iEspecial.0008>

PEREIRA, M. J. A.; DESSANO, A. A. C. A.; ARAÚJO PATAXÓ, J. B.; SANTOS PANKARARU, P. M. S.; FERREIRA BANIWA, I. S.; SILVA ATIKUM, V. J. Coletivos e estudantes/pesquisadores(as) indígenas aldeando a Universidade Federal de São Carlos. *Revista Nanduty*, Dourados, v. 12, n. 19, p. 12-37, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30612/nty.v12i19.18802>.

RIBEIRO, A. E. R. A.; BERETTA, R. C. S.; MESTRINER JUNIOR, W. Representatividade indígena no ensino superior: promoção de saúde e sustentabilidade além dos territórios. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 48, n. especial 1, e8709, ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18709P>

RUSSO, K.; BORRI-ANADON, C.; MENDONÇA, M.; OTTAWA, J. “Somos olhos d’água!”: conversas sobre racismo e resistências COM universitárias indígenas do Quebec e do Brasil. *Revista Educación, Política y Sociedad*, Madrid, v. 9, n. 2, p. 149-175, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15366/rep2024.9.2.006>.

SEMESP. Alunos declarados indígenas no ensino superior aumentam 374%. *Semesp*, São Paulo, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/semesp/2023/04/19/alunos-declarados-indigenas-no-ensino-superior-aumentam-374/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SILVA, E. A.; MEDAETS, C. V. Estudantes indígenas no ensino superior no Brasil: uma análise a partir da sociologia da educação. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, v. 52, 2025. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/15606>. Acesso em: 20 maio 2026.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). *Programa Elos inclusão - tutoria indígena Edital conjunto DEG/DAC n. 014/2026*. Brasília, DF: UnB, 2026. Disponível em: https://deg.unb.br/wp-content/uploads/edital_conjunto_deg_dac_014_2026_elos_inclusao_tutores_estudantes_indigenas2.pdf. Acesso em: 20 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). Programa de monitoria de ensino na modalidade de promoção da permanência de estudantes indígenas, refugiados e portadores de visto humanitário. *Portal de Notícias da UNILA*, Foz do Iguaçu, 2025. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/prograd/programas/programa-de-monitoria-de-ensino-na-modalidade-de-promocao-da-permanencia-de-estudantes-indigenas-refugiados-e-portadores-de-visto-humanitario>. Acesso em: 30 abr. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). *Programa de Apoio à Permanência Qualificada de Estudantes da UFMG – PAPEQE Projeto Somos Parceiros 2025/1*. Belo Horizonte: UFMG, 2025. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prae/wp-content/uploads/2025/12/Relatorio-Somos-Parceiros-2025-1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Ministério da Educação. Edital Conjunto n. 01/2024/PROGRAD/PROAFE Programa de Monitoria Indígena e Quilombola-Campus de Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 2024. Disponível em: https://caap.prograd.ufsc.br/files/2024/11/Edital_monitoria_indigena_2025_.docx-1.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

URQUIZA, A. H. A.; SILVA, J. B. A universidade pública brasileira contemporânea em face dos coletivos indígenas e o epistemicídio. *Revista Ñanduty*, Dourados, v. 12, n. 19, p. 178-201, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30612/nty.v12i19.18808>.

VIEIRA, N. Corpo-território indígena mulher nas universidades brasileiras: a experiência vivida da colonialidade no cotidiano acadêmico e a insurgência na autoafirmação étnica. *Revista Ñanduty*, Dourados, v. 12, n. 19, p. 52-76, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30612/nty.v12i19.18172>.

Sobre as autoras:

Juliana Barbosa Consonni: Doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduada em Psicologia e Pedagogia. Professora do Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como docente do Programa Formativo Intercultural para Ingressantes pelo Vestibular Indígena (ProFIVI) da UNICAMP. Integra o Grupo de Pesquisa Psicologia e Ensino Superior (PES/UNICAMP) e a Comissão Assessora para a Inclusão Acadêmica e Participação dos Povos Indígenas (CAIAPI/UNICAMP). Desenvolve pesquisas nas áreas de permanência estudantil, povos indígenas no ensino superior, educação antirracista e prevenção de violências de gênero. **E-mail:** jucons@unicamp.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7711-7974>

Angelina Ferreira Luciano: Angelina Walipere, natural de São Gabriel da Cachoeira (AM), pertencente ao povo Baniwa. É graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) desde 2023. Atua na coordenação do Coletivo de Acadêmicos Indígenas da Unicamp (AIUN) desde julho de 2024 a julho de 2026, onde trabalha ativamente na pauta de melhorias para a permanência estudantil indígena na universidade. **E-mail:** a207243@dac.unicamp.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0000-7903-1763>

Shirlene Luciano: Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Indígena do povo Baniwa, pertencente a uma família de origem multiétnica, com ascendência Baniwa e Tukano. Nascida em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, viveu por 28 anos em território marcado pela diversidade de povos indígenas e pela força das tradições ancestrais. Recebeu, desde a infância, forte influência da oralidade, valorizada por sua família como forma de transmissão de saberes, especialmente por meio dos ensinamentos de sua avó Quitéria. Seu nome indígena é Walipere, que significa “Constelação de Estrelas”, símbolo de identidade e conexão com a natureza. **E-mail:** s258157@dac.unicamp.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0004-8272-3583>

Recebido em: 07/05/2026

Aprovado em: 14/07/2026

